

## **DOCUMENTO METODOLÓGICO**

**Designação da operação estatística:** Inquérito às Associações de Socorros Mútuos

**Sigla da operação estatística:** IASM

**Código da operação estatística:** 255

**Código SIGINE\*:** PS0040

**Código da atividade estatística - CGA\*:** 349 – Estatísticas das Instituições de Proteção Social

**Código de versão do DMET:** 2.0

**Data de entrada em vigor da versão do DMET:** Abril 2013

**Data da última atualização do DMET:** Abril 2013

**Entidade responsável pela operação estatística:** DES/CV

\* Para uso exclusivo nas operações da responsabilidade do INE.

## ÍNDICE

<b>I. IDENTIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO ESTATÍSTICA</b>	<b>4</b>
• I.1 Designação da operação estatística	4
• I.2 Sigla (ou abreviatura) da operação estatística	4
• I.3 Código da operação estatística	4
• I.4 Código SIGINE (modelo estatístico)	4
• I.5 Código da Atividade Estatística	4
• I.6 Código de Versão do Documento Metodológico	4
• I.7 Data de entrada em vigor da versão do Documento Metodológico	4
• I.8 Data da última atualização do Documento Metodológico	4
• I.9 Entidade responsável pela operação estatística	5
• I.10. Outras Entidades Externas relacionadas com a operação estatística	5
<b>II. JUSTIFICAÇÃO PARA UMA NOVA VERSÃO DO DOCUMENTO METODOLÓGICO</b>	<b>6</b>
<b>III. IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES, OBJETIVOS E FINANCIAMENTO</b>	<b>7</b>
• III.1 Contexto da operação estatística	7
• III.2 Identificação das necessidades de informação estatística que justificam a operação	9
• III.3 Objetivos da operação estatística	10
• III.4 Financiamento da operação estatística	10
<b>IV. CARACTERIZAÇÃO GERAL</b>	<b>11</b>
• IV.1 Tipo de operação estatística	11
• IV.2 Tipo de fonte (s) de informação utilizada (s) na operação estatística	11
• IV.3 Periodicidade da operação estatística	12
• IV.4 Âmbito geográfico da operação estatística	12
• IV.5 Principais utilizadores da informação	13
• IV.6 Difusão	13
○ IV.6.1 Padrão de disponibilização da informação	13
○ IV.6.2 Revisões	13
○ IV.6.3 Produtos de difusão regular	14
<b>V. CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA</b>	<b>15</b>
• V.1 População-alvo	15
• V.2 Base de amostragem	15
• V.3 Unidade (s) estatística (s) de observação	15
• V.4 Desenho da amostra	16
○ V.4.1 Características da amostra	16
○ V.4.2. Metodologia para a seleção, distribuição, atualização e dimensionamento da amostra	16
• V.5 Construção do (s) questionário (s)	16
○ V.5.1 Testes de pré-recolha efetuados ao (s) questionário (s)	16
○ V.5.2 Tempo médio de preenchimento do (s) questionário (s)	16
• V.6 Recolha de dados	16
○ V.6.1 Recolha direta de dados	16
▪ V.6.1.1 Período (s) de recolha	17
▪ V.6.1.2 Método (s) de recolha	17
▪ V.6.1.3 Critério para o fecho da recolha	18
▪ V.6.1.4 Possibilidade de inquirição Proxy	18
▪ V.6.1.5 Sessões Informativas	18
○ V.6.2 Recolha não-direta de dados	18

• V.7 Tratamento de dados	18
○ V.7.1 Validação e análise	18
○ V.7.2 Tratamento de não respostas	19
○ V.7.3 Obtenção de resultados	19
○ V.7.4 Ajustamentos dos dados	19
○ V.7.5 Comparabilidade e coerência	20
○ V.7.6 Confidencialidade dos dados	20
<b>VI. SUPORTES DE RECOLHA E VARIÁVEIS DE OBSERVAÇÃO</b>	<b>21</b>
<b>VII. VARIÁVEIS DERIVADAS</b>	<b>26</b>
<b>VIII. INDICADORES A DISPONIBILIZAR</b>	<b>26</b>
<b>IX. CONCEITOS</b>	<b>27</b>
<b>X. CLASSIFICAÇÕES</b>	<b>36</b>
<b>XI. SIGLAS E ABREVIATURAS</b>	<b>37</b>
<b>XII. BIBLIOGRAFIA</b>	<b>38</b>

## I. IDENTIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO ESTATÍSTICA

- ***1.1 Designação da operação estatística***

INQUÉRITO ÀS ASSOCIAÇÕES DE SOCORROS MÚTUOS

- ***1.2 Sigla (ou abreviatura) da operação estatística***

IASM

- ***1.3 Código da operação estatística***

255

- ***1.4 Código SIGINE (modelo estatístico)***

PS0040

- ***1.5 Código da Atividade Estatística***

Atividade estatística: 39 – Proteção Social

Família de atividades: 391 – Estatísticas da Proteção Social

Área de atividade: 349 – Estatísticas das Instituições de Proteção Social

- ***1.6 Código de Versão do Documento Metodológico***

2.0

- ***1.7 Data de entrada em vigor da versão do Documento Metodológico***

Abril 2013

- ***1.8 Data da última atualização do Documento Metodológico***

Abril 2013

- ***1.9 Entidade responsável pela operação estatística***

**INE**

**Unidade Orgânica (UO):** INE / Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais / Serviço das Estatísticas das Condições de Vida (DES/CV)

- Técnico responsável  
Nome: Dilar Leote  
Telefone: (+351) 218 426 100 ext. 3184  
E-mail: dilar.leote@ine.pt

**Entidades com Delegação de Competências**

Não se aplica.

- ***1.10 Outras Entidades Externas relacionadas com a operação***

- **Entidade 1:** EUROSTAT
- Unidade Orgânica (UO): F5: Education, health and social protection
- Técnico responsável  
Nome: Christine COIN  
Telefone: (+352) 4301 33722  
E-mail: [Christine.Coin@ec.europa.eu](mailto:Christine.Coin@ec.europa.eu)
- **Entidade 2:** Direção-Geral da Segurança Social (DGSS)
- Unidade Orgânica (UO):
- Técnico responsável  
Nome: Fernanda Fernandes  
Telefone: (+351) 213817385  
E-mail: [Fernanda.m.fernandes@seg-social.pt](mailto:Fernanda.m.fernandes@seg-social.pt)

## II. JUSTIFICAÇÃO PARA UMA NOVA VERSÃO DO DOCUMENTO METODOLÓGICO

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

### **Nova versão:**

- Alteração de variáveis de observação ☒
- Alteração de conceitos ☐
- Alteração de classificações ☒
- Alteração de produtos de difusão ☒
- Alteração de fontes estatísticas ☐
- Alteração do método de recolha ☐
- Alteração de âmbito na população ☐
- Alteração do desenho amostral ☐
- Outros motivos
  - Especificar: \_\_\_\_\_

### III. IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES, OBJETIVOS E FINANCIAMENTO

- **III.1 Contexto da operação estatística**

O Sistema Europeu de Estatísticas Integradas de Proteção Social (SEEPROS) foi desenvolvido para permitir responder às necessidades da Comissão Europeia e dos Estados-Membros em deter informação estatística atualizada e comparável sobre as prestações de Proteção Social. O SEEPROS estabelece um quadro metodológico (baseado em normas, definições, classificações e regras contabilísticas) para a compilação das estatísticas sobre dados financeiros da proteção social, em termos do seu sistema principal, e de dados físicos sobre os beneficiários do sistema ao nível do módulo das estatísticas do número de beneficiários de pensões.

As estatísticas de proteção social incluídas no sistema principal do SEEPROS abrangem os fluxos financeiros relativos às despesas e receitas, apuradas para as oito funções de proteção social: doença/cuidados de saúde, invalidez, velhice, sobrevivência, família/crianças, desemprego, habitação e exclusão social. Estes dados devem ser compilados ao nível dos diferentes regimes de proteção social. Os regimes de proteção social são constituídos por uma ou mais unidades institucionais, que se agrupam de acordo com um corpo de regras que as distinguem e que regem o fornecimento de prestações de proteção social e o seu financiamento

As Associações de Socorros Mútuos (ASM) constituem-se como um dos regimes do Sistema Europeu de Estatísticas Integradas de Proteção Social (SEEPROS) existentes em Portugal. Dado tratar-se de um regime com múltiplas unidades institucionais, a recolha da informação é efetuada através de um inquérito independente à recolha dos restantes regimes SEEPROS.

Esta operação estatística permite obter informação desagregada sobre indicadores financeiros e físicos relativos à atividade destas instituições, tendo como principal objetivo a sua inclusão no SEEPROS.

O Inquérito às Associações de Socorros Mútuos é realizado pelo INE desde 1982. Esta operação estatística foi suspensa no ano de referência de 2005, e retomada a partir do ano de referência de 2009. Trata-se de um inquérito exaustivo, dirigido a instituições mutualistas sediadas tanto no continente como nas regiões autónomas e em atividade durante o exercício económico correspondente ao período de referência de recolha do inquérito. O método de recolha é direto, até 2009 apenas por inquirição via postal; a partir do período de referência de 2010 adotou-se a inquirição através de questionário eletrónico via WebInq.

A partir do ano de referência de 2012, esta operação mantém-se nos moldes descritos no parágrafo anterior, adotando no entanto uma revisão ao questionário decorrente da adoção do Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector não Lucrativo (SNC-ESNL) criado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março, que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) instituído pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, que sucede ao Plano Oficial de Contabilidade (POC) e consequente adequação do questionário às novas necessidades de informação provenientes da adoção do SNC-ESNL.

Para as Associações de Socorros Mútuos que respondem à Informação Empresarial Simplificada (IES) e para as variáveis cobertas por esta recolha administrativa, a informação é recolhida pela via administrativa (IES).

• **III.2 Identificação das necessidades de informação estatística que justificam a operação**

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Necessidades</b> resultantes de <b>obrigações legais</b>:               <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Legislação comunitária <input checked="" type="checkbox"/> <p>Especificar: Regulamento (CE) N° 458/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de abril de 2007, relativo ao Sistema Europeu de Estatísticas Integradas de Proteção Social (SEEPROS); Regulamento (CE) N° 1322/2007 da Comissão, de 12 de novembro de 2007; Regulamento (CE) N° 10/2008 da Comissão, de 8 de janeiro de 2008.</p> </li> <li>○ Compromissos perante organizações internacionais <input type="checkbox"/> <p>Especificar: _____</p> </li> <li>○ Legislação nacional <input type="checkbox"/> <p>Especificar: _____</p> </li> </ul> </li> <li>• <b>Pedido direto de informação</b> por parte do/de:               <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Entidades públicas nacionais <input type="checkbox"/></li> <li>○ Entidades comunitárias                   <ul style="list-style-type: none"> <li>- Programa Estatístico Europeu (PEE) <input checked="" type="checkbox"/></li> <li>- Acordo informal (“Acordo de Cavalheiros”) <input type="checkbox"/></li> </ul> </li> <li>○ Entidades privadas, nacionais ou estrangeiras <input type="checkbox"/> <p>Especificar: _____</p> </li> <li>○ Conselho Superior de Estatística (Recomendações, p.ex.) <input type="checkbox"/> <p>Especificar: _____</p> </li> </ul> </li> <li>• Resultado de <b>inquéritos</b> às necessidades dos utilizadores <input type="checkbox"/></li> <li>• Necessidades de informação de <b>outras operações estatísticas</b> <input type="checkbox"/></li> <li>• Contrato/<b>Protocolo</b> específico com Entidade externa <input type="checkbox"/></li> <li>• Outras necessidades <input type="checkbox"/> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Especificar: _____</li> </ul> </li> </ul>
--

- **III.3 Objetivos da operação estatística**

Obter informação de base (dados físicos e financeiros) relativa às atividades de proteção social das Associações de Socorros Mútuos, para integração no Sistema Europeu de Estatísticas Integradas de Proteção Social (SEEPROS).

Caracterizar as Associações de Socorros Mútuos e avaliar o seu comportamento económico-social, concorrendo para o estabelecimento de um conjunto estruturado de informação sobre uma fatia do universo das Instituições Particulares Sem Fins Lucrativos.

- **III.4 Financiamento da operação estatística**

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta única):

• Financiamento total:	<input checked="checked" type="checkbox"/>
○ da Entidade responsável	
○ da União Europeia (EUROSTAT)	<input type="checkbox"/>
○ de outra Entidade	<input type="checkbox"/>
▪ Especificar: _____	
• Cofinanciamento:	<input type="checkbox"/>
○ Entidade responsável e União Europeia	
○ Entidade responsável e outra Entidade (nacional ou externa à União Europeia)	<input type="checkbox"/>
▪ Especificar: _____	

## IV. CARACTERIZAÇÃO GERAL

### • IV.1 Tipo de operação estatística

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta única):

• Inquérito amostral	<input type="checkbox"/>
• Recenseamento	<input checked="" type="checkbox"/>
• Estudo estatístico	<input type="checkbox"/>

### • IV.2 Tipo de fonte(s) de informação utilizada(s) na operação estatística

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

• Fonte Direta	<input checked="" type="checkbox"/>
• Fonte Não-direta	
○ Fonte administrativa	<input checked="" type="checkbox"/>
○ Outra operação estatística	<input type="checkbox"/>
○ Outra	<input type="checkbox"/>
• Especificar: _____	

• **IV.3 Periodicidade da operação estatística**

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta única):

• Mensal	<input type="checkbox"/>
• Trimestral	<input type="checkbox"/>
• Semestral	<input type="checkbox"/>
• Anual	<input checked="" type="checkbox"/>
• Bienal	<input type="checkbox"/>
• Trienal	<input type="checkbox"/>
• Quadrienal	<input type="checkbox"/>
• Quinquenal	<input type="checkbox"/>
• Decenal	<input type="checkbox"/>
• Não periódico	<input type="checkbox"/>
• Outra	<input type="checkbox"/>
Especificar: _____	

• **IV.4 Âmbito geográfico da operação estatística**

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

• Continente	<input type="checkbox"/>
• Região Autónoma da Madeira	<input type="checkbox"/>
• Região Autónoma dos Açores	<input type="checkbox"/>
• País	<input checked="" type="checkbox"/>
• Outro	<input type="checkbox"/>
Especificar: _____	

- **IV.5 Principais utilizadores da informação**

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

<b>Utilizadores do Sistema Estatístico Nacional</b>	
○ INE (DES e DCN)	<input checked="" type="checkbox"/>
○ Banco de Portugal	<input type="checkbox"/>
○ Direção Regional de Estatística da Madeira	<input type="checkbox"/>
○ Serviço Regional de Estatística dos Açores	<input type="checkbox"/>
○ Entidades com delegação de competências Especificar: _____	<input type="checkbox"/>
<b>Outros utilizadores nacionais</b> Especificar: _____	<input type="checkbox"/>
<b>Utilizadores Comunitários e outros Internacionais</b> Especificar: União Europeia – Serviço de Estatística das Comunidades Europeias (EUROSTAT), UNIT F5: Education, health and social protection	<input checked="" type="checkbox"/>

- **IV.6 Difusão**

- **IV.6.1 Padrão de disponibilização da informação**

Final do mês de outubro de n+2 (no âmbito da disponibilização dos resultados SEEPROS relativos ao ano n).

- **IV.6.2 Revisões**

Não se aplica.

○ **IV.6.3 Produtos de difusão regular**

Preencher o seguinte quadro:

<b>Produtos a disponibilizar</b>			
<i>Tipo de produto</i>	<i>Designação do produto</i>	<i>Periodicidade de disponibilização</i>	<i>Nível geográfico (desagregação geográfica máxima)</i>
. Publicação	Indicadores Sociais Anuário Estatístico de Portugal	Anual	País
. Questionário Internacional	Receitas e despesas da proteção social em Portugal – SEEPROS  Dados qualitativos dos regimes e das prestações sociais – SEEPROS  Número de beneficiários de pensões da proteção social em Portugal – SEEPROS	Anual	País
. Indicadores estatísticos	Indicadores de Proteção Social	Anual	País

## V. CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA

### • V.1 População-alvo

A população-alvo é constituída pelo conjunto das associações de socorros mútuos em atividade durante o exercício económico correspondente ao período de referência, situadas em território nacional.

### • V.2 Base de amostragem

Indicar a base de amostragem utilizada, assinalando uma cruz (X) no quadrado correspondente (resposta única):

• Alojamentos	<input type="checkbox"/>
• Empresas (excluindo as agrícolas)	
○ Conjuntura (os dados recolhidos reportam-se ao ano corrente)	<input type="checkbox"/>
○ Estrutura (os dados recolhidos reportam-se a anos anteriores)	<input type="checkbox"/>
• Explorações agrícolas	<input type="checkbox"/>
• Estabelecimentos	
○ Conjuntura (os dados recolhidos reportam-se ao ano corrente)	<input type="checkbox"/>
○ Estrutura (os dados recolhidos reportam-se a anos anteriores)	<input type="checkbox"/>
• Veículos	<input type="checkbox"/>
• Instituições sem fins lucrativos	<input checked="" type="checkbox"/>
• Administrações Públicas	<input type="checkbox"/>
• Outras	<input type="checkbox"/>
○ Especificar: _____	
○ Indicar a unidade amostral:	

### • V.3 Unidade (s) estatística (s) de observação

Associação de Socorros Mútuos

- **V.4 Desenho da amostra**

- **V.4.1 Características da amostra**

Não se aplica.

- **V.4.2 Metodologia para a seleção, distribuição, atualização e dimensionamento da amostra**

Não se aplica.

- **V.5 Construção do(s) questionário(s)**

- **V.5.1 Testes de pré-recolha efetuados ao (s) questionário(s)**

Não se aplica.

- **V.5.2 Tempo médio de preenchimento do(s) questionário(s)**

Entre 60 a 90m.

- **V.6 Recolha de dados**

- **V.6.1 Recolha direta de dados**

O contacto inicial será por via eletrónica através do sistema WebInq, para os respondentes aderentes ao WebInq, ou através de e-Mail.

Serão efetuadas insistências e alertas via e-Mail, assim como insistências telefónicas com levantamento de auto para eventuais processos de contencioso. O último aviso será registado e enviado via postal. A primeira insistência ocorre cerca de duas semanas após o prazo de resposta da expedição e serão efetuadas as insistências consideradas necessárias, consoante o decorrer da operação de recolha, análise e validação dos microdados. Serão enviados alertas para aviso de fim de prazo de resposta, cerca de três dias antes de terminar os prazos concedidos, quer na expedição, quer nas insistências. Não estão previstos incentivos. Relativamente ao apoio aos respondentes, foi criada uma caixa de e-Mail específica para o projeto que

será um ponto de contacto para pedidos e esclarecimento de dúvidas. São indicados no e-Mail a extensão telefónica e outros endereços de e-Mail para os contactos de esclarecimento de dúvidas no INE. No WebInq, existirá informação sobre os objetivos e instruções de preenchimento do inquérito, contactos, assim como a sua disponibilização em formato pdf. O questionário inclui instruções de preenchimento e todos os quadros relativos às demonstrações económicas ou financeiras têm referência aos códigos de contas do SNC.

▪ **V.6.1.1 Período(s) de recolha**

A recolha da informação decorre entre setembro e dezembro de n+1.

▪ **V.6.1.2 Método(s) de recolha**

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

**Recolha por entrevista:**

- Presencial com Computador (“CAPI”) ☐
- Presencial sem Computador ☐
- Telefónica com Computador (“CATI”) ☐
- Telefónica sem Computador ☐

**Recolha por autopreenchimento:**

- Questionário Eletrónico (WebInq) ☒
- Transmissão Eletrónica de um Ficheiro com  
estrutura de dados pré-definida (inclui Excel e aplicação) ☐
- Questionário em Papel ☐

**Recolha por observação direta** ☐

▪ **V.6.1.3 Critério para o fecho da recolha**

O critério utilizado consiste na data de finalização da recolha, com uma taxa de resposta conseguida de, pelo menos, 80%.

▪ **V.6.1.4 Possibilidade de inquirição “Proxy”**

Assinalar uma cruz (X) no quadrado correspondente (resposta única):

• Sim	<input type="checkbox"/>
○ Especificar o critério: _____	
• Não	<input checked="" type="checkbox"/>

▪ **V.6.1.5 Sessões informativas**

Não se aplica.

○ **V.6.2 Recolha não-direta de dados**

Preencher o seguinte quadro:

NOME DA FONTE	TIPO DE FONTE (administrativa, operação estatística)	IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE RESPONSÁVEL DA FONTE	PERÍODO DE REFERÊNCIA DOS DADOS DA FONTE
IES	Administrativa	INE, Ministérios das Finanças e da Justiça e Banco de Portugal	Anual

• **V.7 Tratamento de dados**

○ **V.7.1 Validação e análise**

1. Identificar os tipos de validações efetuadas aos dados ( <u>resposta múltipla</u> ):	
• Regras de domínio	<input checked="" type="checkbox"/>
• Regras de coerência	<input checked="" type="checkbox"/>
• Regras de estrutura	<input checked="" type="checkbox"/>

2. A validação e controle da coerência transversal dos microdados é executada através da aplicação de equilíbrios contabilísticos e financeiros pré-estabelecidos nas regras de validação incorporadas na aplicação informática.

Os dados podem ser acedidos através do DW (Data Warehouse), sendo todas as consultas e análises de resultados feitas no BO (Business Objects), a partir da criação do BIS de análise onde foram disponibilizados os dados processados de recolha. Posteriormente, os outputs com os resultados obtidos são exportados para Excel onde é realizada a análise da coerência temporal dos microdados e dos resultados agregados. É feita uma avaliação casuística à coerência e precisão dos dados relativos ao ano  $n$  e  $n-1$  (de forma a abranger todo o tipo de erros, incluindo os de registo), caso se verifiquem anormalidades ou subsistam dúvidas (incluindo a codificação escolhida pelo respondente), são contactados os informadores a fim de se esclarecer o mais possível a informação fornecida.

3. Descrever as metodologias para medir os erros de medida e de processamento.  
Não aplicável.

#### ○ **V.7.2 Tratamento de não respostas**

É imputado o último valor disponível da variável em apuramento para o informador em causa. O software utilizado é o BO e o Excel.

A metodologia atual está em estudo e poderá ser objeto de reformulação/revisão.

#### ○ **V.7.3 Obtenção de resultados**

Para cada variável, os resultados agregados correspondem ao total dessa mesma variável para todas as respostas recolhidas ou imputadas. O software utilizado é o BO e o Excel.

#### ○ **V.7.4 Ajustamentos dos dados**

Não se aplica.

○ **V.7.5 Comparabilidade e coerência**

O inquérito não foi realizado entre 2005 e 2008. A atual série de dados teve início em 2009, estando assegurada alguma comparabilidade dos resultados entre a antiga e atual série de dados, dado ter-se mantido a estrutura de variáveis inquiridas. A existência de anteriores inquéritos permitem estabelecer uma análise comparativa dos resultados e identificar tendências.

○ **V.7.6 Confidencialidade dos dados**

1. Indicar se a operação estatística é objeto de tratamento de confidencialidade dos dados (resposta única):

- Sim ☒
- Não ☐

2. A recolha, tratamento e divulgação dos dados estatísticos é feita de acordo com o estabelecido pela Lei 22/2008 de 13 de maio (Lei do SEN), designadamente o artigo 6º, que estabelece a aplicação do princípio do segredo estatístico a toda a informação que permite individualizar unidades estatísticas, bem como os manuais de aplicação deste princípio pelas Autoridades Estatísticas. A quebra da confidencialidade estatística é punível não só disciplinar mas também criminalmente de acordo com o artigo 32º da Lei do SEN.  
Os dados são exclusivamente utilizados para disponibilidade interna.

## VI. SUPORTES DE RECOLHA E VARIÁVEIS DE OBSERVAÇÃO

### 1) Identificação do suporte de recolha

“IASM - INQUÉRITO ÀS ASSOCIAÇÕES DE SOCORROS MÚTUOS” correspondente ao registo nº10137.

### 2) Imagem do suporte de recolha

Imagem do suporte de recolha: <http://smi-i.ine.pt/SuporteRecolha/Detalhes/10137>.

### 3) Entidade inquirida

Associação de Socorros Mútuos.

### 4) Variáveis de observação – Recolha direta

Número registo suporte	Código da variável	Data início de vigência	Designação da variável	Unidade estatística	Conceito associado	Domínio de valores da variável				
					Código e data início de vigência	Código da versão	Designação da versão	Nível da versão	Intervalo de valores	Unidade de medida
	360	01-01-2005	Morada	Não aplicável	-	-	-	-	-	Texto
	359	01-01-2005	Identificação fiscal	Empresa	508 (01-01-1994) 3623 (07-10-2002)	-	-	-	[100000000, 999999999]	-
	366	01-01-2005	Contacto telefónico	Não aplicável	-	-	-	-	-	-
	414	01-01-2005	Contacto por fax	Não aplicável	-	-	-	-	-	-
	415	01-01-2005	Localidade postal	Não aplicável	-	-	-	-	-	Texto
	416	01-01-2005	Código postal	Não aplicável	-	V00083	Código postal	1	-	-
	807	01-01-2005	Contacto por mail	Não aplicável	-	-	-	-	-	Texto
	808	12-10-2009	Atividade económica (CAE Rev. 3)	Empresa	-	-	-	-	-	Texto
	810	01-01-2005	Data de suspensão da atividade	Empresa	508 (01-01-1994) 2055 (01-01-1994)	-	-	-	-	-
	845	01-01-2005	Localização geográfica (Distrito)	Empresa	508 (01-01-1994)	-	-	-	-	Texto

	846	01-01-2005	Localização geográfica (Município)	Empresa	508 (01-01-1994)	-	-	-	-	Texto
	1031	01-01-2005	Data do preenchimento do questionário	Não aplicável	-	-	-	-	-	-
	1032	01-01-2005	Nome do responsável pelo preenchimento do questionário	Não aplicável	-	-	-	-	-	Texto
	1098	01-01-2005	Localidade	Não aplicável	-	-	-	-	-	Texto
	1754	01-01-2005	Localização geográfica (Freguesia)	Empresa	508 (01-01-1994)	-	-	-	-	Texto
	6527	19-05-2009	Homepage	Não aplicável	-	-	-	-	-	Texto
	6528	19-05-2009	Designação social	Não aplicável	3522 (23-09-2002)	-	-	-	-	Texto
	6574	21-05-2009	Função/cargo do responsável pelo preenchimento do questionário	Não aplicável	929 (24-05-1994)	-	-	-	-	Texto
	7134	12-10-2009	Atividade económica (CAE Rev. 3)	Empresa	-	V00554	CAE Rev.3	5	-	-
	8042	03-03-2010	Assinatura do responsável pelo preenchimento do questionário	Não aplicável	-	-	-	-	-	Texto
	8043	03-03-2010	Observações	Não aplicável	-	-	-	-	-	Texto
	8166	13-04-2010	Situação perante a atividade	Empresa	508 (01-01-1994)	V00751	Lista de situação perante a atividade (FUE) – variante 1	1	-	-
	8167	13-04-2010	Data de cessação da atividade	Empresa	508 (01-01-1994)	-	-	-	-	-
	8169	13-04-2010	Duração de atividade (Meses)	Empresa	508 (01-01-1994)	-	-	-	-	Mês
	8170	13-04-2010	Data de ocorrência do facto relevante	Empresa	508 (01-01-1994)	-	-	-	-	-
	8171	13-04-2010	Facto relevante ocorrido durante o exercício	Empresa	508 (01-01-1994)	-	-	-	-	Texto
	8172	13-04-2010	Facto relevante ocorrido durante o	Empresa	508 (01-01-1994)	V00180	Tipologia sim/não	1	-	-

			exercício (Sim/Não)							
			Associados efetivos (Sexo)	Indivíduo	-	V00305	Sexo (difusão – HM)	2	-	-
			Associados efetivos (Grupo etário)	Indivíduo	-	V02017	Escalões de idades (<20; ≥70) – variante 64	1	-	-
			Associados efetivos (Nº)	Associação de Socorros Mútuos	1446 (28-11- 1997)	-	-	-	-	-
			Modalidades mutualistas	Associação de Socorros Mútuos	1446 (28-11- 1997)	V03155	Modalidades mutualistas (3)	2	-	-
			Subscritores (Nº)	Associação de Socorros Mútuos	1446 (28-11- 1997)	V03155	Modalidades mutualistas (3)	2	-	-
			Pensionistas (Nº)	Associação de Socorros Mútuos	1446 (28-11- 1997)	V03155	Modalidades mutualistas (3)	2	-	-
			Pensionistas (Sexo)	Associação de Socorros Mútuos	1446 (28-11- 1997)	V00305	Sexo (difusão – HM)	1	-	-
			Beneficiários (Nº)	Associação de Socorros Mútuos	1446 (28-11- 1997)	V03155	Modalidades mutualistas (3)	2	-	-
			Prestações (€)	Associação de Socorros Mútuos	1446 (28-11- 1997)	V03155	Modalidades mutualistas (3)	2	-	-
			Rendimentos e Gastos	Associação de Socorros Mútuos	1446 (28-11- 1997)	V03163	Normalização contabilística - demonstração de resultados por naturezas, das ASM	2	-	-
			Rendimentos e Gastos (€)	Associação de Socorros Mútuos	1446 (28-11- 1997)	V03163	Normalização contabilística - demonstração de resultados por naturezas, das ASM	2	-	-
			Desdobramento de gastos e rendimentos	Associação de Socorros Mútuos	1446 (28-11- 1997)	V03164	Normalização contabilística - desdobramento de contas de	3	-	-

							gastos e rendimentos, das ASM			
			Desdobramento de gastos e rendimentos (€)	Associação de Socorros Mútuos	1446 (28-11-1997)	V03164	Normalização contabilística - desdobramento de contas de gastos e rendimentos, das ASM	3	-	-
			Valências/ Respostas sociais	Associação de Socorros Mútuos	1446 (28-11-1997)	V02513	Valências/ respostas sociais	2	-	-
			Valências/ Respostas sociais	Associação de Socorros Mútuos	1446 (28-11-1997)	V03163	Normalização contabilística - demonstração de resultados por naturezas, das ASM	2	-	-
			Valências/ Respostas sociais (€)	Associação de Socorros Mútuos	1446 (28-11-1997)	V02513	Valências/ respostas sociais	2	-	-
			Valências/ Respostas sociais (€)	Associação de Socorros Mútuos	1446 (28-11-1997)	V03163	Normalização contabilística - demonstração de resultados por naturezas, das ASM	2	-	-
			Valências/ Respostas sociais (Total €)	Associação de Socorros Mútuos	1446 (28-11-1997)	V03163	Normalização contabilística - demonstração de resultados por naturezas, das ASM	2	-	-
			Número médio de utentes	Associação de Socorros Mútuos	1446 (28-11-1997)	V02513	Valências/ respostas sociais	2	-	-
			Número médio de utentes (Total)	Associação de Socorros Mútuos	1446 (28-11-1997)	-	-	-	-	-
			Rubricas dos ativos	Associação de Socorros Mútuos	1446 (28-11-1997)	-	Normalização contabilística - Rubricas dos ativos	1	-	-
			Aquisições em 1ª mão (€)	Associação de Socorros Mútuos	1446 (28-11-1997)	-	Normalização contabilística - Rubricas dos ativos	1	-	-
			Aquisições em 2ª mão (€)	Associação de Socorros Mútuos	1446 (28-11-1997)	-	Normalização contabilística - Rubricas dos ativos	1	-	-

			Vendas (valor de realização) (€)	Associação de Socorros Mútuos	1446 (28-11-1997)	-	Normalização contabilística - Rubricas dos ativos	1	-	-
--	--	--	----------------------------------	-------------------------------	-------------------	---	---	---	---	---

*Nota: Esta informação tem caráter provisório, será sujeita a validação posterior pelo INE/DMSI.*

### **Variáveis de observação – Recolha administrativa**

Fonte (dos dados)	Designação da variável (na origem)	Unidade estatística	Unidade de medida	Informação complementar
IES	Vendas de mercadorias	Empresa	Euro (€)	Anexo D da IES
IES	Vendas de produtos acabados e intermédios, subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Empresa	Euro (€)	Anexo D da IES
IES	Vendas e ativos biológicos	Empresa	Euro (€)	Anexo D da IES
IES	Prestações de serviços	Empresa	Euro (€)	Anexo D da IES
IES	Variações nos inventários da produção	Empresa	Euro (€)	Anexo D da IES
IES	Trabalhos para a própria entidade	Empresa	Euro (€)	Anexo D da IES
IES	Subsídios à exploração	Empresa	Euro (€)	Anexo D da IES
IES	Reversões	Empresa	Euro (€)	Anexo D da IES
IES	Ganhos por aumentos de justo valor	Empresa	Euro (€)	Anexo D da IES
IES	Outros rendimentos e ganhos	Empresa	Euro (€)	Anexo D da IES
IES	Dos quais: Rendimentos suplementares	Empresa	Euro (€)	Anexo D da IES
IES	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	Empresa	Euro (€)	Anexo D da IES
IES	Total dos rendimentos	Empresa	Euro (€)	Anexo D da IES
IES	Custo das mercadorias vendidas	Empresa	Euro (€)	Anexo D da IES
IES	Custo de matérias-primas, subsidiárias e de consumo consumidas	Empresa	Euro (€)	Anexo D da IES
IES	Ativos biológicos	Empresa	Euro (€)	Anexo D da IES
IES	Fornecimentos e serviços externos	Empresa	Euro (€)	Anexo D da IES
IES	Gastos com o pessoal	Empresa	Euro (€)	Anexo D da IES
IES	Gastos de depreciação e de amortização	Empresa	Euro (€)	Anexo D da IES
IES	Perdas por imparidade	Empresa	Euro (€)	Anexo D da IES
IES	Perdas por reduções de justo valor	Empresa	Euro (€)	Anexo D da IES
IES	Provisões do período	Empresa	Euro (€)	Anexo D da IES
IES	Outros gastos e perdas	Empresa	Euro (€)	Anexo D da IES
IES	Gastos e perdas de financiamento	Empresa	Euro (€)	Anexo D da IES

IES	Total dos gastos	Empresa	Euro (€)	Anexo D da IES
IES	Imposto sobre o rendimento do período	Empresa	Euro (€)	Anexo D da IES
IES	Resultado líquido do período	Empresa	Euro (€)	Anexo D da IES

## VII. VARIÁVEIS DERIVADAS

Não aplicável.

## VIII. INDICADORES A DISPONIBILIZAR

Indicador		Variável medida			Dimensões de análise					
					Código	Data início vigência	Designação	Classificação/ versão associada		
		Código	Data início vigência	Designação				Código	Designação	Nível
8282	Subscritores de proteção social (Regime das Associações de Socorros Mútuos - N.º); Anual	8701	18-10-2010	Subscritores de proteção social (Regime das Associações de Socorros Mútuos - N.º)	1502	28-03-2006	Local de residência	V00320	NUTS 2002 completa (lista cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	1
					190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-

## X. CONCEITOS

Código	Designação	Definição
1224	AÇÃO SOCIAL	Sistema da segurança social, que se destina à prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade sócio-económica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidades sociais, bem como a integração e promoção comunitária das pessoas. É desenvolvida pelo Estado, pelas Autarquias e por Instituições particulares sem fins lucrativos. <b>Fontes:</b> Lei n.º 32/2002, DR 294, SÉRIE I-A de 2002-12-20
1225	ACOLHIMENTO FAMILIAR	Prestação de ação social que consiste em fazer acolher, temporária ou permanente, em famílias consideradas idóneas, crianças e jovens cuja família natural não esteja em condições de desempenhar a sua função sócio educativa, pessoas idosas ou pessoas adultas com deficiência. Conforme o estrato populacional a que se destina, assim a prestação se designa por "acolhimento familiar a crianças e jovens", "acolhimento familiar a idosos" e "acolhimento familiar a adultos com deficiência". <b>Notas:</b> O montante, pago à família de acolhimento pelos serviços prestados no caso do acolhimento a jovens é fixado anualmente por despacho ministerial, e no caso dos idosos e dos adultos com deficiência resulta de contrato estabelecido previamente. Nestes últimos casos sempre que a família do utente não disponha de rendimentos, o pagamento é feito pela Instituição de enquadramento desta prestação. <b>Fontes:</b> Decreto-Lei n.º 190/92, DR 203, SÉRIE I-A de 1992-09-03; Decreto-Lei n.º 391/91, DR 233, SÉRIE I-A de 1991-10-10
3656	AGUARDA INÍCIO DE ATIVIDADE (Situação Perante a Atividade)	Unidade juridicamente constituída, através do Registo Nacional de Pessoas Coletivas, e que ainda não iniciou a sua atividade, por forma a permitir que os objetivos definidos aquando da sua constituição sejam alcançados.
1233	ALBERGUE NOTURNO	Equipamento destinado a acolher durante a noite e por um período de tempo limitado indivíduos em situação de carência. <b>Fontes:</b> Decreto-Lei n.º 365/76, DR 114, SÉRIE I de 1976-05-15
1235	AMA	Pessoa que por conta própria e mediante retribuição, cuida de uma ou mais crianças que não sejam suas, parentes ou afins na linha reta ou no 2º grau da linha colateral, por um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais. <b>Fontes:</b> Decreto-Lei n.º 158/84, DR 114, SÉRIE I de 1984-05-17
5568	APOIO DOMICILIÁRIO INTEGRADO	É um serviço que se caracteriza através de um conjunto de ações e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados, de apoio social e de saúde, a prestar no domicílio. Perspetiva-se como uma resposta charneira e prioritária cujo planeamento e avaliação cabe a uma equipa de cuidados integrados. <b>Fontes:</b> Despacho Conjunto n.º 407/98, DR (...) Série II, de 1998-05-15
1446	ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS	As associações mutualistas são instituições particulares de solidariedade social com um número ilimitado de associados, capital indeterminado e duração indefinida que, essencialmente através da quotização dos seus associados, praticam, no interesse destes e das suas famílias, fins de auxílio recíproco. Constituem fins fundamentais das associações mutualistas a concessão de benefícios de segurança social e de saúde destinados a reparar as consequências da verificação de factos contingentes relativos à vida e à saúde dos associados e dos seus familiares e a prevenir, na medida do possível, a verificação desses factos. <b>Notas:</b> Podem prosseguir cumulativamente com os objetivos acima referidos, outros fins de proteção social e de promoção da qualidade de vida, através da organização e gestão de equipamentos e serviços de apoio social, de outras obras sociais e de atividades que visem especialmente o desenvolvimento moral,

		<p>intelectual, cultural e físico dos associados e suas famílias.</p> <p><b>Fontes:</b> Código das associações mutualista (CAM)</p>
1449	ASSOCIADOS EFETIVOS	<p>São associados efetivos os que subscrevem qualquer das modalidades de benefícios regulamentares, pagando a correspondente quotização.</p> <p><b>Fontes:</b> Código das associações mutualista (CAM)</p>
1450	ASSOCIADOS ADERENTES	<p>São associados aderentes os trabalhadores abrangidos pelos regimes profissionais complementares geridos pelas associações mutualistas, sendo as respetivas contribuições para estes regimes equiparadas às quotas dos associados efetivos.</p> <p><b>Fontes:</b> Código das associações mutualista (CAM)</p>
2051	ATIVIDADE ECONÓMICA	<p>Resultado da combinação dos fatores produtivos (mão-de-obra, matérias-primas, equipamento, etc.), com vista à produção de bens e serviços. Independentemente dos fatores produtivos que integram o bem ou serviço produzido, toda a atividade pressupõe, em termos genéricos, uma entrada de produtos (bens ou serviços), um processo de incorporação de valor acrescentado e uma saída (bens ou serviços).</p> <p><b>Fontes:</b> Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, Revisão 2, Lisboa, INE, 1992 (CAE Rev. 2)</p>
2052	ATIVIDADE PRINCIPAL	<p>Atividade que representa a maior importância no conjunto das atividades exercidas por uma unidade de observação estatística.</p> <p><b>Notas:</b> o critério adequado para a sua aferição é o representado pelo valor acrescentado bruto ao custo dos fatores. Na impossibilidade da sua determinação por este critério, considera-se como principal a que representa o maior volume de negócios ou, em alternativa, a que ocupa, com carácter de permanência, o maior número de pessoas ao serviço.</p> <p><b>Fontes:</b> Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, Revisão 2, Lisboa, INE, 1992 (CAE Rev.2); Regulamento (CEE) n.º 2223/96 do Conselho, de 25-06-96 - JO L 310 de 30-11-1996; § 3.10</p>
2055	ATIVIDADE SUSPENSÃO	<p>A que decorre de situação de falência, de liquidação, de danos nas instalações ou a de suspensão por quaisquer outros motivos.</p> <p><b>Fontes:</b> Instituto Nacional de Estatística, I.P.</p>
1242	BENEFICIÁRIO	<p>Pessoa inscrita como titular do direito de proteção social no âmbito dos Regimes da Segurança Social, contributivos e não contributivos.</p> <p><b>Fontes:</b> Lei n.º 28/84, DR 188, SÉRIE I de 1984-08-14</p>
5582	CASA DE ABRIGO	<p>Resposta social constituída por unidades residenciais destinadas a proporcionar acolhimento a mulheres vítimas de violência, acompanhadas ou não de filhos menores, que não passam, por questões de segurança, permanecer nas suas residências.</p> <p><b>Fontes:</b> Nomenclaturas aprovadas pelo ex-SESSS em 29-11-1996</p>
1246	CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES	<p>Resposta que se destina a proporcionar atividades no âmbito da animação sócio-cultural a crianças, a partir dos 6 anos e a jovens, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares, de trabalho e outras. Podem revestir várias formas designadamente acompanhamento e inserção, prática de atividades especializadas e multiatividades.</p> <p><b>Fontes:</b> Nomenclaturas aprovadas pelo ex-SESSS em 29-11-1996</p>
1247	CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS	<p>Equipamento onde se desenvolvem atividades adequadas a jovens e adultos com deficiência grave que não se enquadram em programas de formação profissional ou em regime de emprego protegido.</p> <p><b>Fontes:</b> Decreto-Lei n.º 18/89, DR 9, SÉRIE I de 1989-01-11</p>
1248	CENTRO DE CONVÍVIO	<p>Resposta social desenvolvida em equipamento, de apoio o atividades sócio-recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação ativa dos idosos.</p> <p><b>Fontes:</b> Nomenclaturas aprovadas pelo ex-SESSS em 29-11-1996</p>
1249	CENTRO DE DIA	<p>Resposta social desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção dos idosos no seu meio sócio-familiar.</p> <p><b>Fontes:</b> Nomenclaturas aprovadas pelo ex-SESSS em 29-11-1996</p>

1250	CENTRO DE REABILITAÇÃO DE PESSOAS COM CEGUEIRA	Resposta social desenvolvida em equipamento que proporciona, às pessoas com cegueira recente, uma adaptação e ajustamento físico e psicológico à cegueira, bem como a sua integração familiar e social. <b>Fontes:</b> Nomenclaturas aprovadas pelo ex-SESSS em 29-11-1996
5541	CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO	Resposta social que tem por finalidade o acolhimento urgente e transitório de crianças e jovens em situação de risco decorrente de abandono, maus tratos, negligência ou outros fatores, criando condições para a definição do projeto de vida de cada criança/jovem, com vista ao seu adequado encaminhamento. <b>Fontes:</b> Nomenclaturas aprovadas pelo ex-SESSS em 29-11-1996
5542	CENTRO DE NOITE	Resposta social desenvolvida em equipamento, de preferência, a partir de uma estrutura já existente e integrada com outras respostas sociais (ex. centro de dia, lar ou outra) dirigida a idosos com autonomia, que desenvolvem as suas atividades de vida diária no domicílio, mas que, durante a noite, por motivo de isolamento, necessitam de algum suporte de acompanhamento. <b>Fontes:</b> Nomenclaturas aprovadas pelo ex-SESSS em 29-11-1996
5562	CENTRO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO PSICOSOCIAL	Resposta que se destina a informar, orientar e apoiar social e psicologicamente indivíduos e famílias afetadas pelo VIH/SIDA, com vista à prevenção e restabelecimento do seu equilíbrio funcional. <b>Fontes:</b> Nomenclaturas aprovadas pelo ex-SESSS em 29-11-1996
5571	CENTRO DE APOIO FAMILIAR E ACONSELHAMENTO PARENTAL	Resposta social vocacionada para o estudo, prevenção e o apoio sócio-educativo a crianças e jovens em situação de risco social ou de perigo e às suas famílias. A intervenção é centrada na família, através de uma abordagem integrada dos recursos da comunidade e é desenvolvida por equipas multidisciplinares, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da população alvo. <b>Fontes:</b> Nomenclaturas aprovadas pelo ex-SESSS em 29-11-1996
5575	CENTRO DE ATENDIMENTO / ACOMPANHAMENTO E ANIMAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	Resposta social organizada em espaço polivalente, destinada a informar, orientar e apoiar as pessoas com deficiência, promovendo o desenvolvimento das competências necessárias à resolução dos seus próprios problemas, bem como atividades de animação sócio-cultural. <b>Fontes:</b> Nomenclaturas aprovadas pelo ex-SESSS em 29-11-1996
5576	CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO DE EMERGÊNCIA PARA IDOSOS	Resposta social desenvolvida em equipamento, de preferência, a partir de uma estrutura já existente, que consiste no acolhimento temporário a idosos em situação de emergência social, perspetivando-se, mediante a especificidade de cada situação, o encaminhamento do idoso ou para a família ou para outra resposta social de carácter permanente. <b>Fontes:</b> Nomenclaturas aprovadas pelo ex-SESSS em 29-11-1996
5578	CENTRO DE ALOJAMENTO TEMPORÁRIO	Resposta social desenvolvida em equipamento destinado a acolher, por um período de tempo limitado, pessoas em situação de carência, nomeadamente, população flutuante, famílias desalojadas e outros grupos em situação de emergência social e que deve funcionar, preferencialmente, em articulação com outras respostas de carácter integrador. <b>Fontes:</b> Nomenclaturas aprovadas pelo ex-SESSS em 29-11-1996
5580	CENTRO COMUNITÁRIO	Estrutura polivalente onde se desenvolvem serviços e atividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um polo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projeto de desenvolvimento local, coletivamente assumido. <b>Fontes:</b> Nomenclaturas aprovadas pelo ex-SESSS em 29-11-1996
1252	COLÓNIA DE FÉRIAS	Resposta social destinada à satisfação de necessidades de lazer e de quebra da rotina, essencial ao equilíbrio físico, psicológico social dos seus utilizadores. Dirige-se a todas as faixas etárias da população e à família na sua globalidade. <b>Fontes:</b> Nomenclaturas aprovadas pelo ex-SESSS em 29-11-1996
5579	COMUNIDADE DE INSERÇÃO	Resposta social desenvolvida em equipamento e que compreende um conjunto de ações integradas com vista à inserção social de diversos grupos-alvo que, por determinados fatores, se encontram em situação de marginalização

		(nomeadamente sem-abrigo, ex-reclusos, mães solteiras). <b>Fontes:</b> Nomenclaturas aprovadas pelo ex-SESSS em 29-11-1996
1259	CRECHE	Resposta social de âmbito sócio-educativo que se destina a crianças até aos 3 anos de idade, após o período de licença dos pais, prevista na lei de proteção da maternidade/paternidade, durante o período diário correspondente ao trabalho dos pais, proporcionando às crianças condições adequadas de desenvolvimento harmonioso e global e cooperando com as famílias em todo o seu processo educativo. <b>Fontes:</b> Nomenclaturas aprovadas pelo ex-SESSS em 29-11-1996
1260	CRECHE FAMILIAR	É um conjunto de amas, não inferior a 12 nem superior a 20, que residem na mesma zona geográfica e que estejam enquadradas, técnica e financeiramente, pelos Centros Regionais de Segurança Social, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou instituições particulares de solidariedade social com atividades no âmbito das 1ª e 2ª infâncias. <b>Fontes:</b> Decreto-Lei n.º 158/84, DR 114, SÉRIE I de 1984-05-17
5811	CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS	Intervenção de saúde e de apoio social, ativa e contínua, de natureza preventiva, recuperadora e paliativa, que visa promover a autonomia, o bem estar e a qualidade de vida, melhorando a funcionalidade da pessoa em situação de dependência, reduzindo e adiando incapacidades. <b>Notas:</b> a dependência traduz a situação em que se encontra o indivíduo que, por falta ou perda de autonomia física, psíquica ou intelectual, não consegue, por si só, realizar as atividades da vida diária. <b>Fontes:</b> Decreto-Lei n.º 101/2006, DR 109, SÉRIE I-A de 2006-06-06
7614	DESPESAS DE PROTEÇÃO SOCIAL	Despesas dos regimes de proteção social que se classificam segundo o tipo, indicativo da natureza ou da razão de ser das despesas, tais como, o fornecimento de prestações de proteção social ou prestações sociais, os custos administrativos ou de funcionamento, as transferências para outros regimes e outras despesas. <b>Fontes:</b> Regulamento (CE) n.º 10/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho de 08 de Janeiro de 2008 - JO L 5 de 09-01-2008
3522	DESIGNAÇÃO SOCIAL DA EMPRESA/ENTIDADE	Para as Pessoas Coletivas o nome corresponde à designação social da unidade estatística de acordo com a informação inscrita no Registo Nacional de Pessoas Coletivas. Para os grupos económicos para os quais não existe uma associação direta a um NPC, pode constar o número próprio do empresário titular do grupo. <b>Fontes:</b> Decreto-Lei n.º 238/91, DR 149, SÉRIE I-A de 1991-07-02
3664	EM ATIVIDADE (Situação Perante a Atividade)	Unidade em laboração, que utiliza meios e pessoas que corporizam os objetivos produtivos da empresa.
5583	EQUIPAS DE INTERVENÇÃO DIRECTA OU EQUIPAS DE RUA	Unidades de intervenção direta junto das populações toxicodependentes e suas famílias e, de uma forma geral, junto de comunidades afetadas pela fenómeno da toxicodependência, com o objetivo de fomentar a integração dos toxicodependentes em processos de recuperação tratamento e de reinserção social através do desenvolvimento de ações articuladas de sensibilização, orientação e encaminhamento. <b>Fontes:</b> Nomenclaturas aprovadas pelo ex-SESSS em 29-11-1996; Decreto-Lei n.º 72/99, DR 62, SÉRIE I-A de 1999-03-15
5564	FÓRUM SÓCIO-OCUPACIONAL	Equipamento destinado a pessoas com desvantagem, transitória ou permanente, de origem psíquica, visando a sua reinserção sócio-familiar e ou profissional ou a sua eventual integração em programas de formação ou de emprego protegido. <b>Fontes:</b> Despacho Conjunto n.º 407/98, DR (...) Série II, de 1998-05-15
1278	FREQUÊNCIA NO ANO (DE UTENTES DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS)	Número de utentes que ao longo do ano frequentaram o equipamento pelo menos um mês. <b>Fontes:</b> Direção-Geral de Ação Social (DGAS); Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS)

1207	FUNÇÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL	<p>Objetivo primário para o qual é fornecida proteção social a famílias ou indivíduos, de modo a minorar os encargos resultantes de uma série de riscos ou necessidades, independentemente das disposições legislativas ou institucionais.</p> <p><b>Notas:</b> são consideradas as seguintes funções (8):</p> <p><b>Doença/Cuidados de saúde</b> - Manutenção do rendimento e assistência pecuniária ou em espécie, relacionados com a doença física ou mental, à exceção da invalidez, ou com os cuidados de saúde destinados a manter, restaurar ou melhorar o estado de saúde das pessoas protegidas, qualquer que seja a origem da doença.</p> <p><b>Invalidez</b> - Manutenção do rendimento e assistência pecuniária ou em espécie (à exceção de cuidados de saúde) relacionados com a incapacidade de pessoas com invalidez física ou mental se dedicarem a atividades económicas e sociais.</p> <p><b>Velhice</b> - Manutenção do rendimento e assistência pecuniária ou em espécie (à exceção de cuidados de saúde) relacionados com a velhice.</p> <p><b>Sobrevivência</b> - Manutenção do rendimento e assistência pecuniária ou em espécie relacionados com a morte de um membro da família.</p> <p><b>Família/Crianças</b> - Assistência pecuniária ou em espécie (à exceção de cuidados de saúde) relacionados com os custos da gravidez, maternidade, nascimento, adoção e os encargos com crianças ou outros membros da família.</p> <p><b>Desemprego</b> - Manutenção do rendimento e assistência pecuniária ou em espécie relacionados com a situação dos desempregados (inclui reforma antecipada por motivos do mercado de trabalho).</p> <p><b>Habitação</b> - Ajuda aos custos de habitação.</p> <p><b>Exclusão social (não classificada noutras funções)</b> - Assistência pecuniária ou em espécie (à exceção de cuidados de saúde) especificamente destinadas a lutar contra a indigência ou outras formas de exclusão social, caso essa assistência não esteja coberta por uma das outras funções.</p> <p><b>Fonte:</b> Regulamento (CE) n.º 10/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de Janeiro de 2008 – JO L 5 de 09-01-2008</p>
1238	INTERVENÇÃO PRECOCE	<p>Medida de apoio integrado destinada a crianças até aos 6 anos de idade, prioritariamente dos 0-3 anos, com deficiência ou em risco de atraso grave de desenvolvimento, centrada na criança e na família, mediante ações de natureza preventiva, e habilitativa, designadamente do âmbito da Educação, Saúde e Ação Social.</p> <p><b>Fontes:</b> Despacho Conjunto n.º 891/99, DR 244, II SÉRIE, 19-10-1999</p>
1294	JARDIM DE INFÂNCIA	<p>Estabelecimento que oferece, a tempo completo ou parcial, três anos de educação pré-escolar a crianças dos 3 aos 6 anos de idade. O horário é flexível e adaptado às necessidades dos encarregados de educação. O currículo é organizado num ciclo e inclui uma componente sócio-educativa.</p> <p><b>Fontes:</b> Lei n.º 5/97, DR 34, SÉRIE I-A de 1997-02-10</p>
5573	LAR DE APOIO	<p>Equipamento social, destinado a acolher crianças e jovens que necessitem de frequentar estruturas de apoio específico situadas longe do local da sua residência habitual ou que, por comprovadas necessidades familiares, precisem de resposta temporária em alternativa à família.</p> <p><b>Fontes:</b> PORTUGAL. Direção Geral da Segurança Social, da Família e da Criança - Manual Nomenclaturas e Conceitos: respostas sociais. Lisboa: DGSSFC, 2005</p>
1296	LAR DE CRIANÇAS E JOVENS	<p>Resposta social que tem por finalidade o acolhimento de crianças / jovens, no sentido de lhes proporcionar estruturas de vida tão aproximadas quanto possível às das famílias, com vista ao seu desenvolvimento global, criando condições para a definição do projeto de vida de cada criança / jovem.</p> <p><b>Fontes:</b> Nomenclaturas aprovadas pelo ex-SESSS em 29-11-1996</p>
1295	LAR PARA IDOSOS	<p>Estabelecimento em que sejam desenvolvidas atividades de apoio social a pessoas idosas através do alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, fornecimento de alimentação, cuidados de saúde, higiene, conforto, fomentando o convívio e proporcionando a animação social e a ocupação dos tempos livres dos utentes.</p> <p><b>Fontes:</b> Despacho Normativo n.º 12/98, DR 47, SÉRIE I-B de 1998-02-25</p>

5574	LAR RESIDENCIAL	Resposta social desenvolvida em equipamento, destinada a alojar jovens e adultos com deficiência, de idade não inferior a 16 anos, que se encontrem impedidos, temporária ou definitivamente, de residir no seu meio familiar. <b>Fontes:</b> Nomenclaturas aprovadas pelo ex-SESSS em 29-11-1996
1448	MODALIDADES	As associações mutualistas exercem os seus fins através de modalidades de benefícios individuais ou coletivas. Modalidade de benefícios coletiva é aquela cujo esquema de financiamento é estabelecido em função de um determinado grupo de associados, os quais deverão aderir em conjunto aos benefícios da modalidade. <b>Notas:</b> Para concretização dos seus fins de segurança social, as associações mutualistas podem prosseguir, designadamente, as seguintes modalidades: a) Prestações de invalidez, de velhice e de sobrevivência; b) Outras prestações pecuniárias por doença, maternidade, desemprego, acidentes de trabalho ou doenças profissionais; c) Capitais pagáveis por morte ou no termo de prazos determinados; d) Prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação; e) Assistência medicamentosa. <b>Fontes:</b> Código das associações mutualista (CAM)
1301	PENSÃO	Prestação pecuniária mensal de atribuição continuada nas eventualidades: morte (pensão de sobrevivência), invalidez, doença profissional e velhice. <b>Fontes:</b> Direcção-Geral dos Regimes de Segurança Social (DGRSS); Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS)
1303	PENSÃO DE INVALIDEZ	Prestação pecuniária mensal concedida em vida dos beneficiários que havendo completado um prazo de garantia de 60 meses de registo de remunerações (para todos os regimes excluindo o regime de seguro social voluntário em que o prazo é de 72 meses com entrada de contribuições) e antes de atingirem a idade de reforma por velhice, se encontrem, por motivo de doença ou acidente definitivamente incapacitados de trabalhar na sua profissão. <b>Notas:</b> O montante é igual à pensão estatutária (aquela que resulta da aplicação da fórmula de cálculo) mais o complemento social se for caso disso, mais atualizações periódicas, mais acréscimos decorrentes de atividade exercida em acumulação, se os houver (todos os regimes exceto o não contributivo e o RESSAA em que há um valor fixo). <b>Fontes:</b> Decreto Regulamentar n.º 7/94, DR 59, SÉRIE I-B de 1994-03-11; Decreto-Lei n.º 329/93, DR 226, SÉRIE I-A de 1993-09-25; Portaria n.º 326/1993, de 19-03; Portaria n.º 433/95, DR 109, SÉRIE I-B de 1995-05-11
1305	PENSÃO DE SOBREVIVÊNCIA	A) Regime Geral de Segurança Social, Regime Especial de Segurança Social de Atividades Agrícolas e Regime de Seguro Social Voluntário: prestação pecuniária mensal concedida a familiares dos beneficiários cônjuges, ex-cônjuges, descendentes ou equiparados, ascendentes que à data da morte tenham completado 36 meses de contribuições, pertencentes aos regimes acima referidos, excluindo o regime de seguro social voluntário em que o prazo é de 72 meses com entrada de contribuições. <b>Notas:</b> Regra geral, o montante da pensão de sobrevivência é determinado nas seguintes percentagens da pensão que o beneficiário recebia ou a que teria direito se tivesse invalidado ou reformado à data do falecimento. As percentagens são: a) 60% para cônjuge ou ex-cônjuge sobrevivente, ou 70% se forem mais do que um; b) 20%, 30% ou 40% para os filhos ou adotados plenamente, consoante forem um, dois, ou mais de dois, se houver cônjuge ou ex-cônjuge com direito a pensão, e o dobro destas percentagens no caso contrário; c) 30%, 50% ou 80% para ascendentes e outros parentes afins, conforme forem um, dois, três ou mais de três. B) Regimes Não Contributivos ou Equiparados: a) Regimes Transitórios dos Rurais: prestação pecuniária concedida ao cônjuge sobrevivente dos pensionistas abrangidos pelos regimes transitórios dos rurais no montante de 60% da pensão do beneficiário falecido; b) Regime de Pensão Social: pensão de viuvez e pensão de orfandade atribuída no âmbito do regime da pensão social (ver conceitos respetivos). <b>Fontes:</b> Decreto Regulamentar n.º 1/94, DR n.º 14, SÉRIE I-B de 1994-01-18;

		Decreto-Lei n.º 322/90, DR 241, SÉRIE I de 1990-10-18
1306	PENSÃO DE VELHICE	<p>Prestação mensal, concedida em vida dos beneficiários que, tenham completado 15 anos civis com entrada de contribuições, com uma densidade contributiva de, pelo menos, 120 dias de registo de remunerações por ano (excluindo o regime de seguro social voluntário em que o prazo é de 144 meses com entrada de contribuições) e com idade mínima de 65 anos, para o sexo masculino. Para o sexo feminino a idade estava fixada em 62 anos até 1993 e, a partir de 1994, evoluiu de 62 para 65 com um aumento de 6 meses por ano civil.</p> <p><b>Notas:</b> O montante é igual à pensão estatutária (aquela que resulta da aplicação da fórmula de cálculo) mais o complemento social se for caso disso, mais atualizações periódicas, mais acréscimos decorrentes de atividade exercida em acumulação, se os houver (todos os regimes exceto o não contributivo em que há um valor fixo).</p> <p><b>Fontes:</b> Decreto Regulamentar n.º 7/94, DR 59, SÉRIE I-B de 1994-03-11; Decreto-Lei n.º 329/93, DR 226, SÉRIE I-A de 1993-09-25; Portaria n.º 1417/95, DR 272, SÉRIE I-B de 1995-11-24; Portaria n.º 433/95, DR 109, SÉRIE I-B de 1995-05-11</p>
1309	PENSÃO POR INCAPACIDADE PERMANENTE (Por Doença Profissional)	<p>Prestação pecuniária mensal concedida a beneficiários, portadores de incapacidade por doença profissional, devidamente avaliada e certificada pela Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais, e de que resultou redução na sua capacidade geral de trabalho ou ganho. Têm direito a esta prestação, independentemente da idade e sem necessidade de completarem período de garantia, todos os trabalhadores por conta de outrem, desde que vinculados ao regime geral de Segurança Social, os trabalhadores independentes, inscritos facultativamente no regime da doença profissional ou no esquema alargado do regime geral de Segurança Social e os trabalhadores estrangeiros que exerçam atividade em Portugal, desde que no país de origem seja dado igual tratamento aos trabalhadores portugueses.</p> <p><b>Notas:</b> São ainda requisitos obrigatórios: a) Serem beneficiários portadores de doença profissional; b) Terem estado expostos ao respetivo risco, pela natureza da sua atividade ou no ambiente de trabalho habitual; c) Não ter decorrido desde o tempo de exposição ao risco até à data da manifestação da doença, prazo superior àquele que, para o efeito, é fixado na Lista de Doenças Profissionais. O montante da pensão depende do grau de incapacidade e do valor do salário auferido pelo trabalhador, conforme segue: a) Incapacidade permanente e absoluta para todo e qualquer trabalho [<math>P = Rb \times 80\% (+ 10\% Rb, \text{ por cada familiar em situação equiparada à que legalmente confere abono de família, ou cada descendente a cargo, até ao limite de } 100\% \text{ da mesma retribuição})</math>]; b) Incapacidade permanente e absoluta para o trabalho habitual [<math>P = Rb \times Y</math>]; c) Incapacidade permanente e absoluta para o trabalho habitual, conjugada com a incapacidade permanente parcial para todo e qualquer trabalho [<math>P = Rb \times Y + G (0,8 - Y) \times Rb</math>]; d) Incapacidade permanente parcial [<math>P = 2/3 \times G \times Rb</math>].</p> <p><b>Fontes:</b> Decreto-Lei n.º 328/93, DR 226, SÉRIE I-A de 1993-09-25; Decreto-Lei n.º 2/82, DR 3, SÉRIE I de 1982-01-05; Decreto-Lei n.º 360/71, de 21 de Agosto; Lei n.º 2127/1965, de 03-08, Base XVI; Portaria n.º 333/1984, de 02-06; Portaria n.º 642/1983, de 01-06; Regulamento da CNSDP</p>
1315	PENSIONISTA	<p>Titular de uma prestação pecuniária nas eventualidades de: invalidez, velhice, doença profissional ou morte.</p> <p><b>Fontes:</b> Decreto-Lei n.º 329/93, DR 226, SÉRIE I-A de 1993-09-25</p>
1210	PRESTAÇÕES SOCIAIS	<p>Transferências, pecuniárias ou em espécie, com ou sem condições de recursos, às famílias ou particulares, efetuadas pelos regimes de proteção social e destinados a atenuar o encargo que representa para os beneficiários a proteção contra um certo número de riscos ou necessidades.</p> <p><b>Fonte:</b> Metodologia SESPROS</p>
1392	PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA	<p>Prestação social em espécie concedida, através de fornecimento direto ou reembolso, aos utentes nos centros de saúde, hospitais ou em entidades convencionadas.</p> <p><b>Fontes:</b> Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS)</p>

1394	PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MEDICAMENTOSA	<p>Prestação social em espécie atribuída aos utentes através de uma comparticipação no custo do medicamento. Para os devidos efeitos, os utentes devem possuir uma credencial passada pelas entidades competentes.</p> <p><b>Notas:</b> A comparticipação nos medicamentos é fixada de acordo com os seguintes escalões: Escalão A - O custo é inteiramente suportado pelo Estado; Escalão B - A comparticipação de Estado é de 70% do preço de venda ao público dos medicamentos; Escalão C - A comparticipação do Estado é de 40% do preço de venda ao público dos medicamentos.</p> <p><b>Fontes:</b> Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS)</p>
1205	PROTEÇÃO SOCIAL	<p>Toda a intervenção de organismos públicos ou privados destinada a minorar, para as famílias e os indivíduos, o encargo representado por um conjunto definido de riscos ou necessidades, desde que não exista simultaneamente qualquer acordo recíproco ou individual.</p> <p><b>Notas:</b> a lista de riscos ou necessidades, que podem justificar a proteção social e que fazem parte das chamadas funções de proteção social, é, por convenção, a seguinte: doença/cuidados de saúde, invalidez, velhice, sobrevivência, família/crianças, desemprego, habitação e exclusão social não classificada noutra função.</p> <p><b>Fonte:</b> Regulamento (CE) n.º 458/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho de 25 de Abril de 2007 - JO L 113 de 30-04-2007 (Cnc alterado face à revogação da Lei 32/2002 de 20-12, tendo por base este regulamento comunitário)</p>
1451	QUOTAS	<p>Por cada inscrição numa dada modalidade de benefícios é devida uma quota cujo montante é definido nos termos regulamentares. O montante de quota devida por cada modalidade é estabelecido em cada momento em nível adequado à satisfação dos correspondentes compromissos regulamentares. A quotização global de cada associado é determinada em função das modalidades subscritas e demais condições estabelecidas nos respetivos regulamentos.</p> <p><b>Fontes:</b> Código das associações mutualista (CAM)</p>
7615	RECEITAS DE PROTEÇÃO SOCIAL	<p>Receitas dos regimes de proteção social que se classificam segundo o tipo e a origem: o tipo indica a natureza ou a razão de ser do financiamento, agrupando-os em contribuições sociais, contribuições das administrações públicas, transferências de outros regimes e outras receitas; a origem especifica o sector institucional do qual provém o financiamento, agrupando-os em sociedades, administração central, regional e local, fundos de segurança social, famílias, instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias e resto do mundo.</p> <p><b>Notas:</b> a classificação dos sectores institucionais de onde provém as receitas dos regimes de proteção social é a utilizada nas contas nacionais.</p> <p><b>Fontes:</b> Regulamento (CE) n.º 10/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho de 08 de Janeiro de 2008 - JO L 5 de 09-01-2008</p>
5581	REFEITÓRIO / CANTINA SOCIAL	<p>Resposta social desenvolvida em equipamento destinada ao fornecimento de refeições, em especial a indivíduos economicamente desfavorecidos, podendo integrar outras atividades, nomeadamente de higiene pessoal, tratamento de roupas e ainda outras desenvolvidas em ateliers.</p> <p><b>Fontes:</b> Nomenclaturas aprovadas pelo ex-SESSS em 29-11-1996</p>
1220	REGIME	<p>Corpo de regras distinto, financiado por uma ou várias unidades institucionais que gerem a atribuição de prestações sociais e o respetivo financiamento.</p> <p><b>Fonte:</b> Metodologia SESPROS</p>
1447	REGIMES DE PROFISSIONAIS COMPLEMENTARES	<p>Os regimes profissionais complementares têm por objetivo conceder aos trabalhadores por conta de outrem ou independentes, agrupados no quadro de uma empresa ou de um conjunto de empresas, de um ramo de atividade económica ou de um sector profissional ou interprofissional, prestações pecuniárias complementares das garantidas pelo regime geral da segurança social. As associações mutualistas podem também, através da celebração de acordos com qualquer empresa, grupos de empresas, grupos de trabalhadores, associações empresariais e sindicais, gerir regimes profissionais complementares de segurança social.</p> <p><b>Fontes:</b> Código das associações mutualista (CAM)</p>

1352	RESIDÊNCIA PARA IDOSOS	Resposta social desenvolvida em equipamento, constituído por um conjunto de apartamentos com serviços de utilização comum, para idosos com autonomia total ou parcial. <b>Fontes:</b> Nomenclaturas aprovadas pelo ex-SESSS em 29-11-1996
1353	RESIDÊNCIA PARA JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA	Estrutura social destinada a alojar jovens e adultos com deficiência, de ambos os sexos, com idade não inferior a 16 anos, que se encontrem impedidos, temporária ou prolongadamente, de residir no seu meio familiar. Residência Temporária: aquela que se destina a alojar temporariamente jovens e adultos com deficiência, em determinados casos: doença ou férias de familiares, fins-de-semana, falta de estruturas na área de residência (estabelecimento escolar, formação profissional, etc.). Residência Prolongada: aquela que se destina a alojar jovens e adultos com deficiência, em determinados casos: ausência de família, existência de problemas graves de integração sócio-familiar; opção própria. <b>Fontes:</b> Direcção-Geral de Ação Social (DGAS); Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS)
1231	SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO	Resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados, no domicílio, a indivíduos e famílias quando por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as atividades de vida diária. <b>Fontes:</b> Decreto-Lei n.º 62/99, DR 51, SÉRIE I-A de 1999-03-02
1367	SUBSÍDIO DE FUNERAL	Prestação pecuniária única de montante fixo concedida ao beneficiário, que visa compensar despesas de funeral, pelo falecimento de familiares - cônjuge, descendentes ou equiparados e ascendentes a cargo ou descendentes que confirmam direito ao Subsídio Mensal Vitalício e nas situações relativas a fetos ou nados-mortos. É atribuído aos beneficiários de todos os regimes, exceto do Regime Não Contributivo ou Equiparados e beneficiários do esquema obrigatório do Regime Geral dos Trabalhadores Independentes.
1380	SUBSÍDIO POR MORTE	Prestação pecuniária concedida por uma só vez aos familiares (cônjuges e ex-cônjuges, descendentes ou equiparados e ascendentes) dos beneficiários por morte deste. Na falta daqueles, tem direito a este subsídio outros parentes, afins ou equiparados em linha direta até ao 3º grau da linha colateral. No regime geral o montante é regra geral, igual a seis meses de salário médio, (incluindo o RSSV) que corresponde a 1/24 do salário global dos dois anos civis com remunerações mais elevadas dentro dos cinco que antecedem a última entrada de contribuições. No regime especial de segurança social das atividades agrícolas o montante do subsídio por morte é igual a quatro meses da remuneração média calculada nos termos do RGSS. <b>Fontes:</b> Decreto Regulamentar n.º 1/94, DR n.º 14, SÉRIE I-B de 1994-01-18; Decreto-Lei n.º 322/90, DR 241, SÉRIE I de 1990-10-18
5565	UNIDADE DE VIDA APOIADA	Resposta habitacional, destinada a pessoas que, por limitação mental crónica e fatores sociais graves, alcançaram um grau de desvantagem que não lhes permite organizar, sem apoio, as atividades de vida diária, mas que não necessitam de intervenção médica frequente. <b>Fontes:</b> Despacho Conjunto n.º 407/98, DR (...) Série II, de 1998-05-15
5566	UNIDADE DE VIDA PROTEGIDA	Estrutura habitacional, destinada sobretudo a treino de autonomia de pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave e de evolução crónica, clinicamente estável (nomeadamente psicoses). <b>Fontes:</b> Despacho Conjunto n.º 407/98, DR (...) Série II, de 1998-05-15
5567	UNIDADE DE VIDA AUTÓNOMA	Estrutura habitacional destinada a pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave estabilizada e de evolução crónica, com boa capacidade autonómica, permitindo a sua integração em programa de formação profissional ou de emprego normal ou protegido e sem alternativa residencial satisfatória. <b>Fontes:</b> Despacho Conjunto n.º 407/98, DR (...) Série II, de 1998-05-15
5569	UNIDADE DE APOIO	É uma unidade com capacidade máxima de 30 utentes, que visa prestar cuidados temporários, globais e integrados a pessoas que, por motivos de dependência,

	INTEGRADO	não podem, de acordo com a avaliação da equipa de cuidados integrados, manter-se apoiados no seu domicílio, mas que não carecem de cuidados clínicos em internamento hospitalar. <b>Fontes:</b> Despacho Conjunto n.º 407/98, DR (...) Série II, de 1998-05-15
1389	UTENTE DA SEGURANÇA SOCIAL	Pessoa que sendo ou não beneficiário usufrui de compensação social (incluindo a rede nacional de serviços e equipamentos) ou económica em virtude de insuficiências contributivas ou prestativas, ou em situações que não possam ser superadas pelo subsistema de solidariedade. <b>Fontes:</b> Lei n.º 32/2002, DR 294, SÉRIE I-A de 2002-12-20
1390	VALÊNCIA / RESPOSTA SOCIAL	Conjunto de atividades desenvolvidas em serviços e/ou equipamentos sociais para apoio a pessoas e famílias, envolvendo a participação e colaboração de diferentes organismos da administração central, das autarquias locais, das Instituições Particulares de Solidariedade Social e de outras instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos de reconhecido interesse público. <b>Notas:</b> Áreas de cooperação ao nível das IPSS: infância e juventude, família e comunidade, invalidez e reabilitação e terceira idade. <b>Fontes:</b> Direcção-Geral dos Regimes de Segurança Social (DGRSS)

## X. CLASSIFICAÇÕES

- Lista de classificações utilizadas:

Código (versão)	Designação (versão)	Sigla
V00083	Código postal	
V00180	Tipologia sim/não	
V00305	Sexo (difusão – HM)	
V00320	NUTS 2002 completa (lista cumulativa – PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	
V00554	Classificação portuguesa das atividades económicas, revisão 3	CAE Rev.3
V00751	Lista de situação perante a atividade (FUE) – variante 1	
V01000	Funções da proteção social	
V01001	Natureza das despesas da proteção social	
V01002	Natureza das receitas da proteção social	
V02017	Escalões de idades (<20; >=70) – variante 64	
V02092	Classificação SEEPROS – Receitas e despesas da proteção social	
V02093	Categorias de pensões SEEPROS	
V02119	Classificação SEEPROS – Receitas e despesas da proteção social (nacional)	
V02156	Sistema de normalização contabilística – código de contas	SNC
V02367	Regimes da proteção social	
V02513	Valências/respostas sociais	
V03155	Modalidades mutualistas (3)	
V03163	Normalização contabilística - Demonstração de resultados por naturezas, das ASM	
V03164	Normalização contabilística - Desdobramento de contas de gastos e rendimentos, das ASM	
V03228	Normalização contabilística – Rubricas dos ativos	

## XI. SIGLAS E ABREVIATURAS

- Lista de abreviaturas e acrónimos (siglas) utilizados:

<b>Código</b>	<b>Designação</b>	<b>Extensão</b>
7305	ASM	Associação de Socorros Mútuos
7949	BO	Business Objects
5896	CAE Rev.3	Classificação portuguesa das atividades económicas, Revisão 3
5151	CE	Comissão Europeia
5152	CE	Conselho Europeu
7185	CGA	Classificação Geral das Atividades do INE
2140	DES/CV	Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais/Serviço de Estatísticas das Condições de Vida
4622	DGSS	Direção-Geral da Segurança Social
4492	DMET	Documento Metodológico
5618	DW	Data Warehouse
4447	e-Mail	Correio eletrónico
4134	EUROSTAT	Serviço de Estatística das Comunidades Europeias
4140	FUE	Ficheiro de Unidades Estatísticas
7307	IASM	Inquérito às Associações de Socorros Mútuos
5893	IES	Informação Empresarial Simplificada
4172	INE	Instituto Nacional de Estatística, I.P.
4416	NIF	Número de Identificação Fiscal
4214	POC	Plano Oficial de Contabilidade
5701	SEEPROS	Sistema Europeu de Estatísticas Integradas da Proteção Social
4229	SIGINE	Sistema de Informação de Gestão do INE
7214	SNC	Sistema de Normalização Contabilística
7756	SNC - ESNL	Sistema de normalização contabilística – Entidades do sector não lucrativo
7170	WebInq	Inquéritos do INE na Web

## **XII. BIBLIOGRAFIA**

- . Eurostat – Methodologies and Working Papers, ESSPROS Manual and user guidelines, 2012 edition, Luxembourg – Publications Office of the European Union, 2012
- . Eurostat – Methodologies and Working Papers, ESSPROS Manual, 2011 edition, Luxembourg – Publications Office of the European Union, 2011
- . Código de contas específico do Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector não Lucrativo – Portaria n.º 106/2011, de 14 de março
- . Modelos de demonstrações financeiras do Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector não Lucrativo – Portaria n.º 105/2011, de 14 de março
- . Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector não Lucrativo (SNC-ESNL) – Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março
- . Código de contas do Sistema de Normalização Contabilística – Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro
- . Sistema de Normalização Contabilística (SNC) – Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho
- . Regulamento do Registo das Associações Mutualistas – Portaria nº 135/2007, de 26 de janeiro
- . Regime Jurídico das Associações Mutualistas – Decreto-Lei 72/90, de 3 de março